



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
GOVERNO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO MENINO MIGUEL
OBSERVATÓRIO DA FAMÍLIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA, JUVENTUDE E
PREVENÇÃO ÀS DROGAS
PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL-CAPACITA SUAS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS - ESFOSUAS
FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL –
FADURPE
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

KÁSSIA DE SIQUEIRA REIS

**ANTICAPACITISMO E EMPODERAMENTO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS
SOCIAIS, ATIVISMO SURDO E DIREITOS HUMANOS**

Recife – PE

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

INSTITUTO MENINO MIGUEL

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

KÁSSIA DE SIQUEIRA REIS

ANTICAPACITISMO E EMPODERAMENTO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS
SOCIAIS, ATIVISMO SURDO E DIREITOS HUMANOS

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Políticas Sociais.

Orientador(a): Me. Anderson Rafael Lima da Silva

Recife – PE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

R375a Reis, Kássia de Siqueira
Anticapacitismo e empoderamento: um estudo sobre políticas
sociais, ativismo surdo e direitos humanos / Kássia de Siqueira Reis.
– 2023.
44 f.: il.

Orientador: Anderson Rafael Lima da Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-
Graduação em Políticas Sociais, Recife, BR-PE, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Direitos humanos 2. Direitos sociais 3. Pessoas com
deficiência
– Orientação e mobilidade 4. Poder judiciário e questões políticas
5. Política social I. Silva, Anderson Rafael Lima da, orient. II. Título

CDD 361.61

A Deus.

Aos meus pais, Willys Gomes dos Reis e Maria de Lourdes de Siqueira Reis, ao meu orientador e mestre, irmãos, amigos e companheiros de luta. Sigamos fortes.

AGRADECIMENTOS

ONG NAMO GURU DEV NAMO- “EU REVERENCIO AO CRIADOR E AO MESTRE DIVINO INTERIOR”

Agradeço ao Criador pela vida e pela oportunidade de honrar seu nome.

Ao CAPACITASUAS pela oportunidade de ingressar neste curso.

Ao Professor Anderson Rafael Lima da Silva pelo acolhimento, zelo e dedicação no orientar.

Aos professores da Especialização e os participantes da banca examinadora pelo tempo e valiosas sugestões.

Aos amigos e irmãos de luta por despertar em mim o ativismo.

Por tudo e por todos, minha gratidão!

“(…)É preciso amor pra poder pulsar,
É preciso paz pra poder sorrir,
É preciso a chuva para florir
Cada um de nós compõe a sua história e cada
ser em si carrega o dom de ser capaz
E ser feliz (...)”

Tocando em Frente, Almir Sater (1992)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo expor o resultado das vivências do curso de especialização em Políticas Sociais e analisar como se organiza a Política de Assistência Social para viabilizar direitos às pessoas surdas. Essa discussão se estrutura em alguns momentos: memorial— que se apresenta como "a força dos muitos que por mim falam" demonstrando como o presente estudo é resultado de uma interação com a comunidade surda, além de ser uma tentativa de representação do lugar de fala e de ação de tal grupo. Segue-se com a análise dos conteúdos e revisão de literatura, aprofundando o discurso sobre duas faces da exclusão: o capacitismo e o epistemicídio surdo. Nesse contexto é relevante estabelecer as linhas de pensamento que permitem romper com tais problemas e intervir nas dinâmicas sob uma ótica anticapacitista. Surge, assim, o terceiro momento do trabalho que é o projeto interventivo. Nele os sujeitos de direitos são convidados a participar da tomada de decisão e propor alternativas para superação dos principais problemas relacionados à acessibilidade das pessoas com surdez no âmbito da Assistência Social. Esta produção científica se faz ainda mais relevante porque considera essa atividade dialógica de pensar a práxis e trazer da prática elementos para se pensar. Desse modo se garante a autorrepresentação e empoderamento da pessoa com surdez e se constrói bases para esse ativismo.

Palavras-chave: Anticapacitismo. Ativismo surdo. Direitos Humanos. Empoderamento.

ABSTRACT

The present work aims to expose the result of the experiences of the specialization course in Social Policies and to analyze how the Social Assistance Policy is organized to enable rights for deaf people. This discussion is structured in a few moments: memorial – which presents itself as "the strength of the many who speak for me" demonstrating how the present study is the result of an interaction with the deaf community, in addition to being an attempt to represent the place of speech and action of such a group. It follows with the analysis of the contents and literature review, deepening the discourse on two faces of exclusion: capacitism and deaf epistemicide. In this context, it is relevant to establish lines of thought that allow breaking with such problems and intervening in the dynamics from an anti-capacitist perspective. Thus, the third moment of the work appears, which is the intervention project. In it, the subjects of rights are invited to participate in decision-making and propose alternatives to overcome the main problems related to the accessibility of people with deafness in the context of Social Assistance. This scientific production becomes even more relevant because it considers this dialogical activity of thinking about praxis and bringing elements to think about from practice. In this way, the self-representation and empowerment of the person with deafness is guaranteed and the bases for this activism are built.

Keywords: Anti-capacityism. Deaf activism. Human rights. Empowerment.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
2.MEMÓRIAS: A FORÇA DOS MUITOS QUE POR MIM FALAM	11
2.1. A ATIVIDADE DE REAPRENDER	13
3. A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM SURDEZ: COMO CAMINHAR?	18
3.1. OS 20 ANOS DA Lei 10436/2002: AVANÇOS E PERSPECTIVAS	18
3.2. O CAPACITISMO E EPISTEMICÍDIO SURDO: DUAS FACES DA EXCLUSÃO	21
3.3. A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA E ACESSIBILIDADE A PESSOAS SURDAS	27
4. PROJETO DE INTERVENÇÃO: DO CONTO, DO CANTAR E DO ENCANTO EM LIBRAS: ENFOQUES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, POLÍTICAS SOCIAIS E VALORES HUMANOS	32
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	32
4.2. JUSTIFICATIVA	34
4.3. OBJETIVOS	36
4.4. ATIVIDADES	37
4.5. METODOLOGIA	38
4.6. RESULTADOS ESPERADOS	39
4.7.AVALIAÇÃO	39
4.8. PREVISÃO DE CRONOGRAMA	40
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
1. INTRODUÇÃO	

O presente trabalho busca refletir sobre a garantia de direitos às pessoas com surdez na Política de Assistência Social e verificar como se constituem as políticas sociais voltadas à acessibilidade. Para tanto, faz-se um recorte teórico e prático para a Proteção Básica da Assistência Social, que é o âmbito de prevenção de violações e do fortalecimento de vínculos.

Nesse contexto, caminha-se na discussão a partir de algumas etapas. Inicialmente é feito um resgate da trajetória de formação e dos principais desafios do percurso na Especialização em Políticas Sociais. O despertar para essa competência já vinha ocorrendo desde os primeiros anos de trabalho na Política de Assistência Social e só se completou com o passar dos anos. Ter a oportunidade de ingressar nesse curso foi muito gratificante, isso é exposto no capítulo destinado às memórias.

O memorial é denominado "a força dos muitos que por mim falam" porque representa muito do que é a atividade de aprofundar a discussão sobre as políticas sociais para pessoas com surdez. É mais um exercício de escuta do que de fala, um exercício de resistência. Por isso a força daqueles que ousam representar. Nada disso seria possível sem essa habilidade.

O curso foi muito rico na discussão das Políticas Sociais desde sua formulação até a sua implementação. E não poderia deixar de ser discutido nas memórias. O dilema principal da formação foi a tendência humana a naturalizar os problemas sociais. Essa tendência deve ser combatida pelo profissional da Assistência Social que deve ser, sobretudo, sensível às demandas sociais.

Posteriormente são postos alguns conceitos da reflexão teórica. Nesse momento se faz uma análise do percurso das pessoas com surdez para garantir que seus direitos fizessem parte de uma agenda. A lei 10436/2002 denominada Lei de Libras, foi uma das primeiras políticas públicas no Brasil voltadas a viabilizar direitos à pessoa surda. A partir desse momento se começava a voltar o olhar para a deficiência e é por essa lei que a reflexão começa.

Além disso, um dos desafios que perpassa a rotina de resistência surda é o capacitismo. Conduta que tem traços muito negativos, pois tende a invisibilizar e tornar indignas as pessoas com deficiência. Superar tal conduta é ir de encontro ao posto. É questionar e provocar o aleijamento da corponormatividade. Mais sério do que o capacitismo é o epistemicídio surdo. Reflete-se sobre isso com a ajuda de Boaventura de Sousa Santos. A esses dois conceitos-práticos dá-se o nome de faces da exclusão.

A perspectiva é caminhar contrário a tais parâmetros. Desenvolver uma cultura anti-capacitista é um dos desafios que conduz o estudo. Principalmente na formação

continuada dos profissionais da assistência social, que é uma das possíveis alternativas apresentadas pela discussão.

A metodologia utilizada no trabalho foi, de início, a descritiva. Com um aporte às memórias do curso e da trajetória pessoal e profissional foi se constituindo o caminho de reflexão. Depois disso, realizou-se uma revisão de literatura partindo das principais inquietações do tema-problema.

Ao final realizou-se uma proposta interventiva que trabalhou as implicações do discurso com a atuação profissional. Isso colaborou no estímulo à formação continuada, no despertar da sensibilidade e na criatividade dos profissionais da Assistência Social. A partir disso foi possível transformar a realidade e mapear as principais demandas das pessoas com surdez.

A relevância deste trabalho se constitui quando se pensa em possibilitar a acessibilidade às pessoas com deficiência, sobretudo a surdez, no âmbito da Assistência Social. Por essência, tal política tem por foco de atuação nos contextos de vulnerabilidade social. Lidar com a deficiência em contextos vulneráveis é ainda mais desafiador. É uma tarefa de superar os próprios preconceitos. Ao estimular essa ampliação de olhares caminha-se para a autonomia e empoderamento da pessoa surda. E isso é maravilhoso!

Justifica-se o presente estudo partindo da necessária formação continuada dos profissionais, que em muitos contextos tendem a ser levados pela rotina e pelo excesso de trabalho. A naturalização de preconceitos é uma consequência! Quebrar esse círculo vicioso é o objetivo dessa análise.

A superação das barreiras comunicacionais e o desenvolvimento de uma educação bilíngue é uma tarefa que somente acontece pela tomada de consciência. Espera-se que o trabalho contribua no debate acadêmico e político acerca da acessibilidade e educação da pessoa com surdez. A sociedade será beneficiada de maneira geral e pode reafirmar todo o processo de lutas e ativismo dos surdos.

2. MEMÓRIAS: A FORÇA DOS MUITOS QUE POR MIM FALAM

“Quando uma criatura humana desperta para um grande sonho e sobre ele lança toda a força de sua alma, todo o universo conspira a seu favor.”
Johann Goethe

Toda trajetória profissional é marcada por reveses e vitórias. A prática às vezes desilude, frustra. Mas, se um grande sonho permeia nossa existência, somos motivados a transformar a realidade. Com minha trajetória pessoal e profissional também não foi diferente. Os desafios me fizeram despertar para “grandes sonhos” e a cada dia trabalho para realizá-los.

Seguindo com tais propósitos iniciei minha trajetória profissional e acadêmica através do curso de Direito na Faculdade de Integração do Sertão (FIS), em Serra Talhada- PE. Desenvolvi grande admiração pelo ativismo em Direitos Humanos, fato que me fez participar de grupos de pesquisa e congressos voltados para a área de garantia de direitos.

Considero-me resultado de políticas públicas, que apesar dos reveses, se tornaram referência na militância pela igualdade de direitos. Aos 16 anos ingressei na faculdade pelo PROUNI como bolsista integral no curso que sempre sonhei. Foi um “despertar” para novos caminhos e oportunidades. Para essa oportunidade dediquei muitas noites de sono e pesquisa valorizando cada disciplina, cada conhecimento.

Em 2014, fui aprovada em concurso público no município de Serra Talhada. Tornei-me Agente Social na Secretaria de Assistência Social e nessa profissão pude concretizar alguns projetos e sonhos. Mais latente pulsou em mim a vontade de conhecer o universo das garantias de direitos. Atuando com a inclusão em CADÚNICO, visitas domiciliares, acolhida de usuários, desenvolvi um pertencimento que se corrobora em 08 (oito) anos de experiência, responsabilidade e dedicação.

Para além do trabalho, em 2017, participei do curso de Iniciação em Libras, que me capacitou e ampliou minha perspectiva no que se refere às pessoas com deficiência, principalmente a pessoa surda. Era facilitado pelo IF-Sertão e adquiri a competência de instrutora em Libras. A partir desse momento desenvolvi alguns projetos de intervenção voltados para a temática.

Essa iniciação fez pulsar a vontade de me dedicar ainda mais à problemática da acessibilidade. Para além de uma formação teórica busquei aprofundar discussões da vivência de uma pessoa surda e os impasses enfrentados na busca pela igual participação social. Foi assim que me fiz presente em diversos encontros, seminários e minicursos voltados sempre para o tema de políticas públicas voltadas para a inclusão.

Tive a oportunidade de me tornar monitora de um curso de Formação em LIBRAS ofertado pela UPE (Universidade de Pernambuco) em 2018. Foi uma experiência incrível.

Desenvolvia atividades de ensino de Libras para alunos iniciantes em cidades do Sertão do Pajeú (a exemplo Triunfo, Serra Talhada e Santa Cruz da Baixa Verde).

A experiência de formar outras pessoas, possibilitar a comunicação, é algo que desejo para minha vida profissional. Principalmente no âmbito da formação em Direitos Humanos. Pretendo seguir como advogada na militância em Direitos Humanos e Acessibilidade. Sei da necessidade de profissionais cada vez mais capacitados e humanizados e por isso me dedico ainda mais.

É preciso ampliar as possibilidades das garantias para que a pessoa surda seja entendida como pessoa autônoma. E esse processo se dá pela superação dos estigmas ainda vigentes relacionados à inserção do indivíduo com surdez. O papel do advogado cada vez mais humanizado é imprescindível. A temática da inclusão perpassa a concessão de benefícios, ou a garantia de intérpretes, é antes a participação ativa do público surdo no processo decisório.

É honroso para mim, descobrir-me como agente da mudança. Como Agente Social, comecei a sentir a necessidade de levantar o problema da inclusão de pessoas com surdez no meu âmbito de atuação. Percebia a dificuldade em se “dar voz”, direito e vez ao indivíduo surdo. A possibilidade de romper as barreiras da comunicação e tratar a todos com iguais condições é o que me motiva.

São duas profissões distintas, mas que abraço com muito carinho. Reconheço suas nuances e interfaces e consigo estabelecer um diálogo com meus principais desejos. Exercitar em ambas a garantia de direitos é o que mais me motiva.

Como Agente Social¹, verifico a dificuldade, mas reconheço alguns avanços no que se refere à atividade de acolhimento da pessoa surda. Sensibilidade para a temática existe no meio, porém ainda somos flagelados pelos impasses do mapeamento e dos devidos encaminhamentos para a rede de proteção. Além disso, discutimos a política pública inclusiva que vai além do campo da educação, que já está bem fortalecido, para a Assistência Social, que ainda é iniciante nesse processo.

¹ O AGENTE SOCIAL é profissional da Política de Assistência Social no âmbito da Proteção Básica, com escolaridade de nível médio, que possui as atribuições de:

- Recepção e oferta de informações às famílias usuárias do CRAS; Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, ofertados no CRAS (função de orientador social do Projovem Adolescente, por exemplo); Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência; Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada), além de outras atribuições que se fizerem necessárias.

Existe uma celeuma no processo de “rompimento” das barreiras da comunicação na Assistência Social que é a questão das políticas públicas de capacitação e formação dos profissionais. E é sobre isso que minha atuação como profissional pretende se debruçar. Discutir os impasses do desenvolvimento social da pessoa surda nos equipamentos da política de Assistência Social, o “como referenciar” tal público é uma tarefa desafiadora, mas muito proveitosa.

2.1.A ATIVIDADE DE REAPRENDER

A Especialização em Políticas Sociais surge como um instrumento para reaprender. Reaprender a pensar, a espantar-se com o posto e aprimorar as condutas profissionais. Isso acontece porque reúne discussões necessárias ao amadurecimento teórico e fortalecimento da militância. Ao longo de 06 (seis) meses fui apresentada com uma série de discussões sobre como se constituem as Políticas Sociais nas dinâmicas sociais.

Desde a origem do discurso até os principais desafios atuais, foram vivências e conceitos que me fortaleceram a levantar a discussão sobre a necessidade de se pensar na Política de Assistência Social a acessibilidade. Então, nada mais interessante do que apresentar a todos um pouco das disciplinas desse curso. Seguimos inicialmente com a matéria **Estado e Políticas Públicas**. Nesta disciplina foram abordados os principais teóricos que discutiam a formação do Estado e a política pública em seu ciclo. É imprescindível conhecer o que é uma política pública e seus ciclos para que se possa caminhar na discussão de Políticas Sociais. Uma excelente contribuição foi a de Jannuzzi ao pensar a política pública como instrumentos que visam atender as demandas sociais. Com esta contribuição seguimos com o estudo que foi extremamente rico.

Ainda caminhamos com a disciplina de **Metodologia da Pesquisa**, que mais que um estudo da técnica do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentou-se como um divisor na Especialização. Nesse momento e com as contribuições dos principais teóricos da metodologia consegui me portar como pesquisador e parte do processo de discussão. Foi uma experiência muito proveitosa, além de exigir um posicionamento mais crítico em relação às leituras.

Outra disciplina foi **Direitos Humanos**. Aqui o meu processo de formação começa a se estruturar em linhas mais sensíveis da discussão sobre políticas sociais. Mais que pensar as

políticas públicas pude compreender os contextos em que elas surgem e como afetam o discurso sobre a garantia de Direitos Humanos. Não seria possível continuar esse percurso sem discutir temas como Neoliberalismo e Políticas Sociais. Foram momentos muito proveitosos porque me posicionaram nesse discurso. Pude ter a compreensão do quão séria é a discussão sobre Políticas Sociais.

Seguindo na especialização, agora na matéria de **Oficina de Pesquisa**, compreendi quais os elementos necessários ao projeto de intervenção que é parte do TCC. Amadureci o meu projeto de intervenção em todos os aspectos. Desde a concepção até os possíveis contatos com o público-alvo. Percebi o que não fazer e o que era imprescindível para uma intervenção correta. Para crescer na pesquisa foi necessário estudar os mais notáveis teóricos da metodologia e, ainda, ir além dos seus principais pensamentos.

Essa discussão não poderia firmar-se sem a perspectiva da participação social. Para tanto, percorremos na disciplina de **Participação, Controle e Gestão** o discurso do necessário controle social que se constitui quando a sociedade está atenta a participar do processo decisório. Mais que isso, perceber os principais desafios para a gestão das políticas públicas foi uma atividade que despertou em mim o desejo em avançar na discussão sobre essa participação relacionada aos processos de formação de identidades, ativismo e outros aspectos. Aqui comecei a traçar os principais desafios da participação da pessoa surda nas políticas públicas.

Outra disciplina importantíssima foi a de **Métodos e técnicas de trabalhos com famílias**. Sem dúvida, o conhecimento de como adentrar nas dinâmicas de família e, a partir dessa atividade, dar condições para o desenvolvimento dos grupos, é emocionante. Isso porque é na família que os primeiros passos de formação do ser humano devem ser dados. É uma atividade muito sensível que ultrapassa, muitas vezes, essa perspectiva de responsabilização.

Conhecer as políticas públicas e como elas se materializam na vida das pessoas também foi uma experiência vivenciada na disciplina de **Política Estadual de Assistência Social**. Nesse momento caminhamos pela discussão de como se firma a Política Estadual de Assistência Social na perspectiva da Constituição Federal. Além de estabelecer os pressupostos de garantia de direitos na esfera do Estado, compreendemos os principais desafios e responsabilidades do Estado no âmbito da Assistência Social. Confesso que muito dos pressupostos ainda não conhecia, por isso a atividade se tornou mais desafiadora. Assim, pude compreender os avanços e limites da Política de Assistência Estadual no que se refere ao

cuidado de pessoas, sobretudo, daquelas com deficiência auditiva que é o meu ponto de reflexão.

Ainda continuamos pensando nas políticas públicas, agora mais relacionadas às desigualdades sociais. Na disciplina de **Desigualdades, Políticas Sociais e Cidadania** foi possível refletir sobre os pensamentos sobre o *Welfare State* e as Políticas Sociais. Essa discussão foi necessária porque falar sobre desigualdades sem pensar o Estado de Bem-Estar Social não é uma tarefa acertada. Aqui compreendemos como o tema cidadania está relacionado à participação ativa de todos. Mas essa atividade encontra limites quase intransponíveis quando pensamos no processo de formação da sociedade brasileira que é desigual. Esse momento da Especialização em Políticas Sociais me posicionou enquanto teórico para perceber o quão sério é o problema da desigualdade no Brasil e como as políticas públicas se inserem para superá-lo.

Em todos os momentos do curso percorri dois momentos: o de avançar na discussão de Políticas Sociais e o de entendê-las na práxis. Percebi que essa atividade não pode ser dissociada. É antes um ciclo e se completa com a garantia do interesse coletivo. A prática às vezes frustra, mas o que motiva é o caminhar. Principalmente quando isso se refere às garantias das pessoas com surdez.

Segui para a orientação com o sentimento de muito a se contribuir. E assim, me reconheci como agente de mudança quando compreendi como é difícil possibilitar à pessoa surda o sentimento de autorrepresentação. Ou seja, essa atividade de falar por si. De se fazer ouvido numa sociedade que tende a apagar as identidades que porventura sejam "diferentes".

É uma atividade de romper até com meus próprios conceitos, que muitas vezes são deturpados e tendem a reproduzir preconceitos já enraizados. Esse rompimento com a naturalização dos problemas sociais só se constitui quando nos posicionamos com estranhamento diante das situações que tendem a ser banalizadas.

No que se refere às políticas públicas é imprescindível esse despertar. Somente assim se consegue avançar. Reconhecer o meu propósito de contribuir na discussão da acessibilidade me faz superar os principais desafios do percurso. Isto é recompensador.

Enquanto discente da Especialização em Políticas Sociais percebo um salto na minha capacidade de pensar criticamente os processos sociais e as políticas públicas. Além disso, é louvável essa educação permanente que se constitui na relação com o outro. E o curso surge

nessa intenção. Há alguns meses percebi que não estou sozinha na atividade de viabilizar direitos.

O contato com os colegas e a interação nas aulas me fortalece a seguir e me instiga a mudança. Como já dito, esse despertar para grandes sonhos e o lançar-se a realizá-los exige muita transpiração. Quando muitos outros também seguem nessa mesma atividade tudo tende a conspirar a favor. Sinto-me muito realizada por contribuir na discussão e ser agente de mudança.

Consciente de todos os percalços, reflito que há ainda muito o que se aprender. Lidar com os liames da política pública exige um esforço de prática e intelectual que perpassa o mero ensinar-compreender. É, antes, uma prática viva de entender as interações sociais. Sinto que evoluo a cada interação. Como profissional, como amiga, como ser humano.

O atual cenário político exige que se levantem pessoas a contribuir com a mudança. Mais que uma vontade, é uma obrigação participar da discussão de Políticas Sociais. O desmonte das políticas públicas é resultado de uma conjuntura que caminha ao retrocesso. Precisamos romper com as barreiras do egoísmo, do preconceito, com o silêncio que rodeia e apaga identidades.

A constante formação é que contribui para esse caráter emancipador. Por isso o CAPACITA SUAS é tão importante. A intenção de se pensar uma Especialização fortalece ainda mais a Política de Assistência Social e nós como servidores e facilitadores / implementadores da política, conseguimos atender ao propósito de garantir direitos.

A minha experiência de 08 (oito) anos na Secretaria de Assistência Social do município de Serra Talhada-PE me fez pensar além dos limites da política e de minha formação. Por isso continuo com o sentimento de dever cumprido. A cada formação, cada projeto, sigo na certeza de que ainda mais tenho a aprender. Isso motiva a buscar novos caminhos. Se outras oportunidades vierem, ainda aqui pretendo estar.

Pensar como a superação das barreiras comunicacionais contribuem para uma melhor qualidade de vida da pessoa surda é o que me proponho. Sei que este trabalho não atinge de per si a completude, reconheço que este é apenas um olhar diante de todo o processo de luta por igualdade e dignidade. Todavia, ousar pensar, e isso é muito gratificante.

Essa discussão abre espaço para que mais pessoas, mais estudiosos, questionem o propósito. Concordando ou discordando, o que é mais rico é trazê-lo ao centro. Isso porque

está ele dentre os assuntos que mais são postos em invisibilidade. Decorrente disso surge o capacitismo e tantos outros preconceitos para com a pessoa surda.

Confesso que durante a minha formação acadêmica desconhecia a importância de se pensar a política pública. Somente fui apreender essa necessidade no momento em que comecei no trabalho. Quando verifiquei as dificuldades de acesso, a pobreza, e a desigualdade como celeumas do meu lugar de ação, aí sim notei o quão era imprescindível pensar políticas públicas, sobretudo as políticas sociais.

Desde então, jamais me apartei dessa esfera de atuação. Consegui entender como as demandas surgem no contexto social e qual a resposta do Estado para supera-las. Não é nada fácil pensar uma política pública, muito menos implementá-la. Todavia não agir é ainda mais danoso. É preciso romper com estigmas que vivenciamos diariamente. Somente com uma educação continuada e fortalecida é que os agentes sociais podem se sentir como tais.

A oportunidade de ser Especialista em Políticas Sociais contribui para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. E assim pretendo continuar. Seguir aperfeiçoando o trato e lutando por melhorias para o público surdo desenvolve em mim um ativismo que desconhecia. Todos nós devemos ser no pensamento e na ação protagonistas. É assim que me sinto!

Como o processo de formação não cessa, outras aprendizagens virão. Que complementem, alterem, e até mudem o percurso do pensamento inicial. Somos agentes da e sujeitos a mudança. E isso é maravilhoso. O que creio que não mudará é esse jeito sertanejo de se lutar pelo que se acredita.

Nos dizeres de Euclides da Cunha: "O sertanejo é, antes de tudo, um forte." Essa percepção traz uma forte reflexão daquele que consegue diante das adversidades do Sertão e da vida mostrar-se como um protagonista de sua realidade. É uma das mais belas manifestações do nacionalismo ou nativismo. Sigo com estas palavras de força e com a força dos muitos que por mim falam. Que sejamos fortes!

3. A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM SURDEZ: COMO CAMINHAR?

Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem... O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido. (Rubem Alves)

O ato de falar, assim como o enxergar, traz em si uma representatividade. Situar-se diante das circunstâncias e desafios do cotidiano tendo a voz e os sons como elementos hegemônicos de transmissão de valores é característica da atual conjuntura social. Surgem na contramão desse contexto, outras identidades, que caminham de encontro a essa perspectiva e enaltecem outros sujeitos de direitos e de fala.

Assim se apresenta a resistência das pessoas com surdez. Sujeitos de fala que cada vez mais se portam a questionar tais parâmetros. Nesse sentido, a discussão da acessibilidade é uma postura que deve se constituir para além de um direito, um dever político. Caminhar sobre tal percurso exige uma sensibilidade para entender, antes, a igual participação de todos no processo decisório.

Desse modo, pretende-se caminhar. Trazer alguns dos principais avanços e desafios da Política de Assistência Social para se tornar efetiva ao viabilizar direitos às pessoas com surdez. Assim como o "ver" o "ouvir" precisa e merece ser aprendido. Que possamos aguçar os sentidos.

3.1. OS 20 ANOS DA Lei 10436/2002: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como língua das comunidades surdas com o advento da Lei 10.436/2002. Trata-se de marco social que começa a reconhecer o sistema linguístico de natureza visual motora como uma estrutura gramatical própria digna de participar do contexto educacional. Para isso, uma série de lutas da comunidade surda aconteceu e ainda acontece.

Esta Lei foi publicada em abril de 2002 e regulamentada pelo Decreto 5626 de dezembro de 2005, que estabeleceu a inclusão da Libras como disciplina curricular do ensino

público e privado. Então, foram dois momentos de garantias: o do reconhecimento da Libras como língua oficial e a obrigatoriedade desta nas grades curriculares. Esse avanço demonstra uma sociedade que começa a ter em pauta discussões de direitos que antes acabavam por serem esquecidos ou negados.

Nota-se uma sociedade aberta para discutir a diferença, isso é um grande avanço quando se considera contextos mais antigos em que a pessoa surda ou com qualquer outra limitação auditiva era percebida como incapaz.

O Brasil deparou-se com um novo paradigma, o da Inclusão Social dos portadores de necessidades especiais em busca de uma escola para todos, sem separações de sexo, raça, classe social, para uma abordagem de educação inclusiva que está aberta para acolher as diferenças.(MENEZES,*apud*, LIMA, 2016, p.04)

Avançamos, mas ainda há um caminho longo a percorrer para que os direitos das pessoas surdas possam ser efetivados. Não somente no contexto da educação, mas também nas esferas da saúde e Assistência Social. Isso porque não adianta muito que se tenha grades curriculares sensíveis a matéria se nos postos de atendimento e nos convívios essa intenção não se efetiva.

A Lei 10436/2002 reconhece a legitimidade da Libras e, assim, seu uso pela comunidade surda ganha respaldo dos poderes e dos serviços públicos. Todavia é um desafio até que os serviços públicos se adequem ou, pelo menos, sejam sensíveis. Esta é a dificuldade da maioria das políticas públicas, ou políticas inclusivas, para se firmarem no contexto das garantias.

Passaram-se 20 (vinte) anos da propositura de tal lei e alguns avanços e perspectivas merecem ser considerados. Um deles é, sem dúvida, o aumento de instituições de ensino superior que já oferecem cursos de nível superior em Letras/Libras. Além disso, há todo um estudo de profissionais, professores e intérpretes para tornar essa política pública mais adequada às necessidades das pessoas com surdez.

Porém, há desafios a superar, a educação bilíngue ainda não é reconhecida pela legislação brasileira. Perdura a luta da comunidade surda para que se pense em uma educação bilíngue. Ou seja, que a Libras e o Português tenham o mesmo status de línguas que conduzem o pensamento. Não havendo, portanto, resquícios de uma cultura que já foi e traz em si traços do oralismo.

Quando pensamos no contexto de vulnerabilidades que se tem nas escolas, até para os ouvintes, notamos o que falta em investimentos para a maioria dos setores de serviços. Se está difícil para o ensino superar tais limites, maior é a dificuldade de outros setores da sociedade que ainda não estão a par de todos os processos e lutas do público surdo por mudanças.

Como política pública de inclusão, a Lei 10436/2002 desponta nesse cenário ao viabilizar direitos. Mas romper com um percurso que é, em muito capacitista e excludente, significa ir mais além. É uma tarefa de estar vigilante até em relação aos posicionamentos tomados e pensar como se chamar a sociedade a participar desse discurso.

A democratização do conhecimento é uma tarefa de superação de paradigmas. Para a comunidade surda, que totaliza mais de 09 milhões de pessoas em todo o país, é um exercício diário situar essa temática. Pensar sobre políticas públicas é também ressaltar esse protagonismo. Antes que se pudesse pensar uma Lei de regulasse a Libras como língua oficial da comunidade surda foi necessário mais de 20 anos de lutas. E ainda não cessou!

A Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) teve um papel fundamental nessa luta que começou em 1993 com a elaboração de uma agenda, ou seja, uma lista de temas ou problemas do público surdo que mereciam análise e discussão pelas autoridades públicas. Os atores envolvidos nessa agenda e na sua formulação foram os surdos nativos em Libras, pessoas com perda auditiva, professores, familiares de surdos, entre outros.

Assim foi o processo que culminou na Lei 10436/2002. Houve uma intensa participação do público interessado na mudança. Talvez não como se esperava, ou até a passos mais lentos, mas já podemos dizer que existe um pensamento voltado à acessibilidade e à inclusão.

Ainda assim os surdos têm muito a comemorar, pois o reconhecimento da Libras gerou um enorme aparato que os beneficia em muitas situações, que antes sequer podiam imaginar, dando continuidade a luta por seus direitos e efetivando seus deveres perante a sociedade. O simples ato de se comunicar torna-se um jogo interessante. (OLIVEIRA, 2020, p.10)

Nota- se assim que o simples ato de se comunicar já configura um avanço. As barreiras comunicacionais tendem a ser o principal desafio da comunidade surda. Isso porque não se pode estabelecer um discurso sobre a necessidade de direitos sem que o outro se faça

entendido. As discussões de garantias são, em muitos contextos, limitadas a se garantir um intérprete quando, na realidade, essa análise vai mais além.

É antes uma atividade de se desenvolver na sociedade e na comunidade surda uma interação cada vez mais constante. Entendendo que a diferença não constitui empecilho à participação, nem ao desenvolvimento de políticas públicas. Desse modo, romper com perspectivas e crenças que limitam a condição da pessoa com deficiência, sobretudo a surdez, é o que pode ser o caminho para uma sociedade mais justa.

A sociedade ouvinte muitas vezes tende a impor a língua oral e isso posiciona a cultura como meio de dominação e controle da sociedade. É um fato muito sério a ser discutido porque tende a apagar as culturas que não estão no mesmo processo. Surge assim um monolinguismo que no pensamento de DERRIDA (2003) se opera por uma soberania de essência colonial que reprime e reduz as línguas ao Uno.

Faz-se necessário fortalecer a cultura não dominante para participar da tomada de decisão. Além disso, conscientizar os ditos "normais" a também participar do discurso com o desprendimento necessário à superação das diferenças. Essa "crise do oralismo" também se fez presente na regulamentação da Lei 10436/2002. Foram necessários três anos para que se pudesse dar os primeiros sinais de inclusão da Libras nos cursos superiores.

Todavia, já se nota o resultado do protagonismo e ativismo surdo, além de uma mudança de postura do Estado no que se refere ao trato do tema. Agora se começa a pensar em políticas públicas de acessibilidade. Saindo do âmbito educacional e caminhando para a Assistência Social há muito que se avançar. Antes convém pensarmos dois conceitos que podem ser considerados faces da exclusão.

3.2. O CAPACITISMO E EPISTEMICÍDIO SURDO: DUAS FACES DA EXCLUSÃO

Considerar uma pessoa com deficiência como indivíduo incompleto, incapaz ou indigno é capacitismo. Essa conduta, em muito naturalizada pela sociedade que tende a estabelecer um padrão hegemônico de transmissão de valores, é representada no presente discurso como uma das faces da exclusão. Tomando-a como elemento estrutural ou resultado

de um sofrimento humano marcado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, tal postura se apresenta como produtora de desigualdades e invisibilidades.

O capacitismo que está para as pessoas com deficiência assim como o racismo está para os negros e o sexismo para as mulheres, pode ser associado com a produção de poder e se relaciona com a temática do corpo e por uma ideia de padrão corporal/ funcional perfeito. (CAMPBELL, *apud*, MELLO, 2016, p.3272)

Traçar essa linha entre tais conceitos implica reconhecê-los em um patamar de igualdade no que se refere a tendência de invisibilizar e inviabilizar direitos ao diferente. O negro, a mulher e o deficiente vão de encontro a uma corponormatividade que legitima o preconceito e pode ser corrosiva na descoberta das identidades. É uma atividade de desconstrução de perspectivas que começa a se constituir pela tomada de consciência.

Uma cultura capacitista é resultado da naturalização de preconceitos que tanto podem ser explícitos quanto implícitos. Exemplo disso é quando se tende a considerar uma pessoa com deficiência como "coitadinho" e super protegê-lo. Ou considerá-lo um super-herói por conseguir realizar atividades normais como qualquer pessoa. Esses dois parâmetros deturpam a condição de sujeito de direitos da pessoa com deficiência.

Viabilizar direitos a todas as pessoas sem distinção é, sobretudo, uma obrigação política. Mas caminhamos à margem disso. O Brasil é o país, que apesar de ter uma legislação já sensível a essa igualdade, ainda carrega preconceitos pela sua própria formação social. Questiona-se: Como pensar políticas públicas para além de um viés capacitista? Isso porque a maioria das políticas públicas surgem de pessoas ditas "normais" para pessoas deficientes. Como mudar esse olhar?

Um dos desafios é fortalecer o protagonismo e a autorrepresentação. O ato de falar por si é muito mais verdadeiro. Precisamos avançar nesse processo. Isso significa desenvolver a cultura do anticapacitismo. Aquela que caminha na contramão dos paradigmas atuais. Ainda se vive numa cultura que estranha o diferente e isso é um dos pontos a se superar.

É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes(incapazes de produzir, de trabalhar,de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo, de ser desejada, de ter

relações sexuais, etc). Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente a funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de *ser e fazer* para serem consideradas plenamente humanas (MELLO, 2016 p.3272)

Desse modo, realizar determinada função seguindo os parâmetros ditos iguais àqueles praticados por pessoas ditas normais é o que define uma pessoa como saudável. Chega-se a duvidar ou até estranhar que pessoas com deficiência possam praticar determinadas funções. Isso caracteriza o capacitismo. Esse estranhamento com o outro que produz uma hierarquia, que reduz o corpo do outro a uma corponormatividade.

Mas tudo isso tem uma razão de ser. Segundo SKLIAR(2003), a deficiência é uma questão biológica, mas também uma retórica cultural. Está relacionada à ideia de normalidade e sua historicidade. O sujeito surdo, sobretudo, deve ser entendido como possuidor de uma marca cultural e linguística.

Oprimir é mais fácil – e mais prático– do que se perceber as necessidades e oportunidades de construção social e educacional do ser surdo. Quando o sujeito surdo se depara com essa afirmação em sua vida diária ele cria uma deterioração de sua identidade, ou seja, fundamenta-se em uma identidade negativa, a qual coloca a identidade surda em segundo, terceiro plano. (ROSA, 2009,p. 71)

Há consequências ainda mais danosas que se entrelaçam nessa discussão. Além de deteriorar a identidade surda há um sério risco de comprometimento psicológico, pois lutar contra esse percurso de identidade negativa é de um esforço até espiritual. Assim surge outra face dessa exclusão: o epistemicídio surdo.

Aqui aprofunda-se um pouco mais a discussão com um pensamento de Boaventura de Sousa Santos ao destacar o pensamento moderno ocidental como abissal. Essa perspectiva consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis que dividem a realidade social em dois universos distintos em que um deles tende a desaparecer como realidade, tornando-se inexistente ou até mesmo produzido como inexistente.O que significa isso?

Significa dizer que há uma cultura dominante que tende tornar inexistente a outra por considera-la inferior. Apagar, invisibilizar, dominar, são alguns termos que melhor expressam

tal situação. O termo epistemicídio é muito referido na causa negra como uma conduta de negação da sua identidade. E isso tem raízes na nossa própria formação cultural.

Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas do outro lado da linha que desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. (SANTOS, 2007, p.72)

Nota-se assim que o pensamento ocidental tende a estabelecer duas linhas de pensamentos que dividem o universo em dois lados: os de um lado da linha e os do outro lado da linha. Uma delas é, sem dúvida, levada a negativa da outra. Não sobrevivendo a isso a tolerância, a alteridade. Como consequência há uma tendência a perda de identidades.

O assassinio das epistemes está intimamente ligada a um processo de legitimação da violência e do assassinio dos seus produtores (NECTOUX, 2021). Subestimar os modos de conhecer é uma das características dessa postura. É o mesmo que um assassinato das diferentes formas de se constituir o saber.

Assim se constitui o epistemicídio. No sobrepujar das epistemes ditas inferiores. Isso implica dizer que uma cultura sempre desponta como paradigma de poder. E tal situação é, porque não dizer, uma violência. Uma violência simbólica. No Brasil é, cada vez mais, estrutural e fere os pontos mais sensíveis da sociedade. Seria possível desenvolver o protagonismo surdo diante dessa realidade? Há esperança!

Tudo o que não é redutível ao esquema explicativo da racionalidade ocidental está fadado à invisibilidade, à irrelevância, ao descarte. Nessa direção, a linha abissal que separa o Norte-global, hegemônico e o Sul-global, subalternizado, na perspectiva geopolítica: assim como dentro de um território colonial, separa o centro e as zonas periféricas bem como os corpos racializados (NECTOUX, 2021, p.776)

Essa tendência a reduzir uma cultura ao descarte tem resultados desastrosos. É uma face da exclusão porque legitima um discurso que separa, segrega e uniformiza o que é diverso. Acaba que quem detém a diferença se sente estranho a cultura e não há uma oportunidade de superar isso se continuar sozinho. Despertar somente no individual a mudança não traz os mesmo resultados que uma conduta de caminhar junto.

A cultura surda reivindica sua legitimidade na sua própria forma de se comunicar e significar o mundo (SANTOS, 2020). Nessa compreensão há um recorte do que se compreende por abordagem cultural da deficiência. Caminha-se na superação da abordagem exclusivamente médica que em muito limita a capacidade da pessoa com deficiência por atrelá-la a uma tragédia pessoal.

O discurso da tragédia pessoal perpassa uma definição do que é saudável ou doente, normal ou anormal. E tem seus modos e limites de ser. Isso porque é preciso para a ciência estabelecer seus limites de saúde e de doença até para que se avance nas possíveis curas. O problema é que quando assim se atua se nega o direito de ser do outro que apresenta alguma deficiência.

Os saberes biomédicos e de reabilitação tem seu olhar voltado para as formas e/ ou funcionamento corporal e mental que fogem dos padrões de normalidade construída e reconhecida socialmente. Identificar, classificar, tratar, controlar e medicar são algumas etapas de intervenção a partir da lesão que o corpo com deficiência apresenta sendo essa o centro da atenção desses profissionais.(GUERREIRO, 2021, p.47)

É característico do paradigma moderno de ciência a atividade de identificar, classificar, tratar, controlar. Esse "dissecar" da realidade falha no contexto da observação do próprio desdobramento do Ser, nesse caso o "Ser Surdo", pois padroniza e inferioriza a deficiência. O "mudo" – no dizer popular, por estar nessa condição é considerado incapaz. A própria expressão "mudo" tem seu caráter de dominado (aquele que não pode de alguma forma falar).

Se o epistemicídio se incorporar no contexto das políticas públicas voltadas à acessibilidade tenderá a apresentar resultados ainda mais desastrosos. Isso porque suprime a autorrepresentação, o ato de falar por si, o autoconhecimento. E ainda culpabiliza. Faz o indivíduo se sentir culpado por ser deficiente. É uma culpabilização da vítima. Mas o surdo não é vítima!

A experiência cultural demonstra toda a riqueza e ativismo da pessoa surda. Não se estabelece um limite nesse discurso para diferenciar o surdo do deficiente auditivo ou de se ponderar qual destes tem um ou outro direito. Antes se despona para o questionar esses paradigmas.

O modelo biomédico, como dito, é patológico quando limita a diferença e incute no imaginário das pessoas a concepção de que ter surdez é o mesmo que ser mudo ou que ter

deficiência física é ser um aleijado. A identidade da deficiência é vista como negativa. Um defeito que ninguém quer possuir.

Essa característica negativa atribuída merece ser superada. E para isso é relevante se desenvolver uma cultura anticapacitista. Mas como proceder? Em que contextos e atividades isso é possível? É colocar-se na contramão do preconceito. A discussão da cultura do Anticapacitismo vai muito além de autoafirmar e reivindicar as experiências da pessoa com deficiência como legítimas. É uma experiência de aleijar o pensamento hegemônico.

Provocar um aleijamento no *queer* tem o sentido de descolonizar, mutilar, deformar ou contundir o pensamento *queer*, provocando-lhe fissuras. A teoria aleijada foi pensada principalmente para questionar a exclusão do capacitismo como matriz de discriminação interseccional nas teorias feministas e *queer*. (MELLO, 2019, p.132)

Nesse contexto, a deficiência deixa de ser um problema. As pessoas começam a integrar-se e o respeito surge naturalmente. A perspectiva é de romper com a naturalização do preconceito, do coitadismo. Entender a todos como iguais é um exercício que se constitui na diversidade. Fica evidente a mudança quando, por exemplo, uma pessoa ouvinte começa a se comunicar em Libras. A sensação de que ouvir plenamente é sinônimo de completude sofre uma fissura até o momento da comunicação.

Um discurso que assim se apresenta não poderia deixar de considerar a Teoria Crip (ou teoria aleijada) pensada por Roberto McRuer. Segundo tal teoria é necessário se posicionar contra a categorização das deficiências, pois isso tende a criar e manter a exclusão. Ser Crip é posicionar-se, impor resistência ao atavismo. É, porque não, provocar uma crise de identidade na norma.

Não é necessário ter uma deficiência para adotar um posicionamento Crip. Esse delimitar das capacidades foge da ideia de pessoas escolhidas. Ser Crip é ser o ponto de partida para questionar a dita normalidade. McRuer argumenta que todos nós somos discapacitados de alguma maneira. Ou seja, somos imperfeitos, mas ao mesmo tempo singulares.

É essa característica que nos localiza no mundo. E o epistemicídio tem efeito devastador porque opera na identidade. No sentir-se Ser no Mundo. Em muitos casos opera

fazendo com que a pessoa surda internalize a opressão. O que tende a ser brutal. É por isso que uma política pública efetiva não pode estar apartada dessa reflexão.

Entendendo a Assistência Social como um política pública passa-se a analisar os desafios e a sua efetividade no que se refere a acessibilidade a pessoas surdas.

3.3. A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA E ACESSIBILIDADE A PESSOAS SURDAS

A Constituição Federal de 1988 inaugurou uma série de direitos fundamentais e sociais, foi nesta Constituição que as pessoas com deficiência começaram a ser vistas com um olhar diferente. Uma democracia se firmava com intensa participação da população no processo de reivindicar e constituir direitos. Há, portanto, um rompimento com a história de tratar os deficientes como excepcionais, além da mudança de paradigmas.

Foi nesse momento que se começou a pensar em como garantir direitos mínimos a todos os cidadãos. São assegurados à pessoa surda a proteção à saúde e a assistência pública, integração social, um salário mínimo de benefício mensal para aquele que comprove falta de meios para se manter, promoção e integração à vida comunitária, além de atendimento educacional diferenciado preferencialmente na rede regular de ensino. Com tais direitos positivados foi possível caminhar mais um pouco.

Em 1989 foi aprovada a Lei 7853 de 1989 que trata do apoio às pessoas portadoras de deficiência, garantindo o pleno exercício de direitos básicos. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto 3298/99 que apresenta as diretrizes nas áreas de educação, saúde, trabalho, cultura, desporto etc., além de especificar as deficiências, sobretudo a deficiência auditiva.

Uma série de direitos foram garantidos. Desde o art. 7 inc.XXXI da CF/88 que proíbe qualquer discriminação no que se refere ao salário e critérios de admissão de pessoas com deficiência; até o art 244 da CF/88 que dispõe sobre a adaptação dos logradouros e edifícios de uso público. Após isso, em 2002 surge a Lei 10436 que como já exposto reconhece a Libras como língua oficial do Brasil.

A perspectiva é pensar, a partir de tais garantias, a Assistência Social como Política de Estado traçando as possíveis reflexões sobre como se garantir acessibilidade nesta esfera do serviço público. Esse é o principal recorte. Partindo do lugar de ação do CRAS (Centro de

Referência de Assistência Social) e percebendo-o como serviço que tem por orientação prevenir violações de direitos, investigar quais os impasses enfrentados para se garantir acessibilidade.

Antes, convém pensarmos a Lei 8742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social) que define a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado. Trata-se de uma política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações para atender as necessidades humanas. Tem como um de seus princípios a universalização dos direitos sociais.

Considerar essa tentativa de se universalizar direitos implica em pensar que o âmbito de uma política social surge de um objeto histórico, social e geograficamente situado. Há uma intervenção do contexto social na maior ou menor integração de políticas públicas. Um contexto democrático é mais disposto a se viabilizar direitos. Exemplo disso é que em Constituições anteriores não havia sequer um pensamento voltado à acessibilidade, os deficientes eram considerados excepcionais.

O exame da política de assistência social, como de outras políticas sociais, significa tratar de uma mediação estatal na relação de classes em uma sociedade de mercado que tem por objetivo construir novos parâmetros e alcances na luta pela efetivação dos direitos sociais e ampliação do alcance do dever do Estado com o social. Tem-se a frente a possibilidade de fazer avançar, em alguns aspectos, um processo constituinte ainda inconcluso, mesmo que sua completude seja mais desejo do que possibilidade. (SPOSATI, 2007,p.440)

Nas palavras de Aldaíza Sposati o processo constituinte, ainda inconcluso, merece avançar. Mas caminhar para sua completude é mais desejo do que possibilidade. Isso implica em pensar que a atual conjuntura tem limites a superar. Avançamos muito, mas ainda há muito que avançar. Principalmente no que se refere a desigualdade social. O país é marcado pela desigualdade do acesso a direitos.

No que se refere à luta da comunidade surda, ainda há um intenso debate para que se inclua a causa na agenda pública. Apesar de ser uma população expressiva no Brasil, é, em muito, invisibilizada. Pretende-se fazer um recorte nesse caminhar da comunidade surda para entendê-lo na práxis da assistência social.

Compreender o preparo da Proteção Básica para receber uma demanda da comunidade surda é o que se propõe o presente estudo. A intenção é delimitar esse lugar de ação para

entender seus desafios e tornar mais expressiva a pesquisa. Antes, contudo, convém apresentarmos a Proteção Básica. Qual a importância da Proteção Básica na política de Assistência Social?

A Proteção Básica tem por objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação, e/ou fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social. Tem como porta de entrada o Sistema Único de Assistência Social e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

É no CRAS que se presta serviços de proteção social básica às famílias e se desenvolve atividades de grupos PAIF(Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) na perspectiva de se viabilizar direitos contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Muito se diz que é ele a porta de entrada para o acesso às políticas públicas. Mas há um desafio!

Existe uma dificuldade que perpassa a prestação de um serviço de qualidade nos CRAS no que se refere a demanda surda. Dentre muitas, a barreira comunicacional é a que mais prejudica o contato dos profissionais com o público surdo. Mesmo existindo uma sensibilidade no trato de todos os usuários, poucos deles têm acesso a Libras. Isso dificulta e usurpa o sentimento de autorrepresentação do usuário da política de assistência social.

Mais que isso, nos últimos anos tem-se registrado quantidade pequena ou quase inexistente de demandas de pessoas com surdez nos CRAS. Isso porque, considerando-se a vulnerabilidade, nem chegam ao serviço. A esse aspecto se relaciona a dificuldade de se fazer entendido quando se está nos atendimentos, nos grupos. O espaço que deveria promover direitos, mesmo sem a intenção, acaba por violar. Como agir? Esse é o questionamento de muitos profissionais quando se deparam com demandas surdas.

Não havendo, pelo menos a iniciação na Libras, que é língua usual do surdo, os profissionais da assistência social muito se queixam da dificuldade de fazer o surdo falar por si. Quando muito, eles são acompanhados por parentes que servem de meio de diálogo com o mundo. E ainda utilizam os sinais que são elaborados pelos próprios familiares visando facilitar a comunicação.

Em muitos casos os próprios surdos precisam ser iniciados na Libras pois não têm essa habilidade ensinada desde a infância. Muitos são oralizados porque viram na leitura labial a

melhor forma de se fazer entendido. São mundos distintos que merecem e precisam convergir, mas são separados por abismos. Um deles é o da comunicação.

Além desse abismo, existem outros. A pobreza, a exclusão, o preconceito, o capacitismo são alguns dos principais abismos que a comunidade surda precisa enfrentar para firmar sua identidade. Para cada um deles há muito o que se lutar. Seja na necessidade do ensino bilíngue desde os primeiros anos, seja no acesso ao mercado de trabalho, a autorrepresentação nos espaços decisórios. Tudo isso necessita de uma pessoa fortalecida, emancipada.

Para possibilitar isso, a política de assistência social caminha a passos lentos. Despertar alternativas é que se propõe o presente estudo. Para tanto, dois sujeitos fazem parte do discurso. Os profissionais da assistência social que lidam com as principais demandas, e o público surdo que propõe suas demandas. Nessa interação se pretende desenvolver as potencialidades de ambos e possibilitar direitos.

A Assistência Social como política de Estado precisa atingir o pleno estatuto político e programático de política social empenhada em obter resultados efetivos e duradouros para uma proteção social ao cidadão e a sua família. Para tanto deve-se superar o caráter emergencial muito característico de suas ações.(SPOSATI,2007)

Isso acontece de forma justificada. Quem passa por uma vulnerabilidade necessita ser provido no momento da necessidade, e por lidar com uma série de situações vulneráveis, tem que estar preparada para esse caráter emergencial. O problema é quando essa característica se torna uma rotina. As atividades do serviço não conseguem avançar e os profissionais se sentem "enxugando gelo".

Atribuir a política de assistência social esse caráter programático (desenvolver a cultura do planejamento) é um dos desafios. Assim os resultados começam a ser mais duradouros e as intervenções mais efetivas. No que se refere às demandas da comunidade surda deve-se caminhar numa perspectiva pontual sem deixar de avançar em seu caráter futuro.

A atuação na Assistência Social não deve se resumir a garantia de intérprete ou de encaminhamentos para benefícios. Deve-se antes possibilitar a emancipação humana. Isso com ações cada vez mais incisivas e frequentes na discussão da acessibilidade, na formação continuada dos profissionais e na contrapartida do Estado no processo de superação das vulnerabilidades.

A perspectiva é caminhar sobre uma cultura anticapacitista. Aquela que reconhece o público surdo como sujeito de direitos e visa viabilizar sua participação na sociedade. Que possamos a cada dia caminhar por esse trajeto. É por ele que se pode discutir a autorrepresentação, a participação e o empoderamento surdo.

4. DO CONTO, DO CANTAR E DO ENCANTO EM LIBRAS: ENFOQUES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, POLÍTICAS SOCIAIS E VALORES HUMANOS

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo de inclusão da pessoa surda vem passando por importantes mudanças no que se refere a percepção deste indivíduo como “sujeito de direitos”. Ser dotado de capacidade e reconhecido como ser humano foi um dos principais embates travados desde as primeiras formações humanas. Acreditava-se, dos poucos registros existentes, que estes não eram considerados seres pensantes, uma vez que a principal forma de raciocínio era aquela ligada a fala.

No Brasil desde 1857, momento em que foi fundada a primeira escola para Pessoa Surda no país e o Instituto de Surdo- Mudos, percebemos esforços no sentido de incluir o indivíduo surdo. A lei 10436/2002, muitos anos depois passou a institucionalizar a proteção ao estudante surdo e a obrigatoriedade de todos os órgãos públicos e instituições de ensino de gerenciar recursos para atendê-los.

Em termos de políticas públicas percebemos uma evolução no cenário atual em possibilitar, além do ensino inclusivo, o desenvolvimento social do surdo. Mas onde queremos chegar? Apesar da mudança de paradigmas no que se refere a atenção ao público surdo ainda existem problemas de acessibilidade que merecem ser apontados. As barreiras comunicacionais são uma das mais prejudiciais porque tendem a segregar a pessoa com surdez. Sempre que nos propormos a discussão devemos considerar esses fatores.

Saimos da perspectiva educacional e partimos para o desenvolvimento social. Nessa análise, busca-se compreender o percurso de uma pessoa surda na Proteção Social Básica. Convém entender por Proteção Básica no âmbito da política de Assistência Social aquela que tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Em termos de CRAS, já existe uma política fortalecida para promover acesso das famílias e pessoas que necessitem de atendimento, acolhida, fortalecimento de vínculos. Todavia ainda precisamos discutir a questão da inclusão da pessoa surda.

Partimos da perspectiva da individualidade dos atendimentos, mas ainda passamos por algumas celeumas no que se refere à superação das barreiras de comunicação. As demandas

em excesso e o caráter emergencial de muitas das respostas da Proteção Básica tendem a dificultar a continuidade do cuidado à pessoa com surdez. São muitos os impasses e a Política de Assistência Social caminha a passos lentos.

O que já se tem de necessidade é a formação continuada dos profissionais para que os atendimentos possam ser mais acessíveis e humanizados. Além disso, possibilitar ao usuário o conhecimento sobre os serviços ofertados pela Política de Assistência Social, sobretudo na Proteção Básica. Há um desconhecimento por parte de muitos usuários dos serviços que estes podem ter acesso. Em razão disso, em muitos casos tendem a nem procurar atendimento.

Como consequência percebemos uma tendência ao despertencimento, a não se sentir parte dos serviços, nem representado pela Proteção Básica. O que fere em termos substanciais a natureza do cuidado. É preciso pensar como romper com isso. Como desenvolver na pessoa com surdez o sentimento de pertença e de autorrepresentação. E com isso viabilizar direitos.

Alisando as diretrizes profissionais e, nos limites da Política de Assistência Social, busca-se fomentar discussões sobre a necessidade de formação e capacitação dos profissionais do SUAS para o contato com a pessoa surda. Para além disso, espera-se contribuir nessa esfera de políticas sociais com a superação de estigmas e emancipação do indivíduo..

4.2. JUSTIFICATIVA

Muitos avanços vêm ocorrendo em termos de políticas de educação especial para surdos, todavia ainda merecem organização e preparo dos profissionais envolvidos na educação, na saúde e assistência social para acolher e incluir pessoas surdas no meio social. Para servir de instrumento a essa conquista, constitui-se o referido projeto de intervenção, que visa capacitar profissionais da Assistência Social no acolhimento e orientação de usuários acometidos de surdez.

Busca-se intervir na realidade de cada equipamento da Política de Assistência com a capacitação e orientação de instrutores em Libras para com atividades de contos regionais, músicas e atividades lúdicas, inserir o público ouvinte à realidade da deficiência.

Nas duas últimas décadas é notória a percepção do Estado sobre as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular e serviços de convivência, todavia, para que houvesse qualquer sensibilidade foi necessário trilhar um percurso de lutas por direitos. Sabe-se que as políticas públicas, enquanto propostas de solução de problemas sociais, são resultado de inquietações de determinados grupos de pessoas que compartilham de singularidades. Não diferente, as políticas públicas de educação especial resultam de um longo processo que acompanha os pensamentos de determinadas épocas na história da humanidade.

As pessoas com deficiência foram estigmatizadas de diversas formas desde a antiguidade. Passando pela Idade Média e Idade Moderna com a emergência de estudos científicos, novos olhares foram voltados para a surdez substituindo uma educação de manicômios por espaços mais sensíveis ao trato de pessoas com alguma deficiência mental, sensorial ou motora. Somente no século XX, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas com mais humanidade, neste sentido, surgiram instituições que se propuseram a educá-las.

As discussões durante a segunda metade do século XX eram mais sensíveis às pessoas com deficiência, e isso gerou como resultado no Brasil, a assinatura de acordos internacionais, a exemplo da Declaração Mundial de Educação para todos, que foi confeccionada durante um congresso em Jomtien, na Tailândia, em 1990.

Em 1996, foi assinada a Declaração de Salamanca, que resulta de uma reunião das Nações Unidas onde foram discutidas questões sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. A partir deste momento, as pessoas com deficiência deixam de ser marginalizadas educacionalmente, coincidindo no Brasil, com o início de formulações de práticas de Educação Especial.

A educação de pessoas surdas, na perspectiva da Educação Inclusiva, ocorre a partir do respeito às singularidades linguísticas das pessoas com impedimento sensorial auditivo, sejam elas, surdas ou deficientes auditivas. Os princípios fundamentais para a educação de surdos estão calcados além dos textos supramencionados que contemplam a Educação Especial de modo geral, na Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que legitima a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação oficial das pessoas surdas, também do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

Observando-se tais parâmetros o que se reflete aqui é a urgência de reestruturação de políticas públicas educacionais que priorizem a formação continuada de professores e demais profissionais da Assistência Social de Pernambuco, rumo a uma educação bilíngue, que atenda as expectativas linguísticas das crianças surdas, no entendimento de que a quebra da barreira de comunicação entre surdos e ouvintes é o elemento primordial para a efetivação da real inclusão social.

4.3. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Verificar as barreiras de acesso da pessoa surda ao SUAS e capacitar de profissionais da Assistência Social para o contato, acolhimento, recepção e encaminhamentos de usuários com surdez.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver ações de formação inicial e continuada para profissionais da Assistência Social referente ao trato de usuários com surdez e demais deficiências sensoriais;
- Integrar os profissionais à comunidade surda com atividades de contação de histórias e músicas em LIBRAS;
- Possibilitar a melhoria da qualidade de vida e comunicação dos usuários e profissionais da Assistência Social.

4.4. ATIVIDADES

A proposta de projeto será desenvolvida, inicialmente, com a formação inicial e continuada de profissionais da Assistência Social do município de Serra Talhada- PE. Serão realizadas oficinas de contação de histórias típicas do Estado de Pernambuco aos e pelos profissionais de Assistência visando “abrir o olhar” e integrá-los com a comunidade surda por meio de atividades lúdicas.

A princípio o curso será desenvolvido por meio de oficinas de aprendizagem sendo realizadas a cada 15 (quinze) dias e encontros temáticos realizados mensalmente. Nas oficinas de aprendizagem serão trabalhados os assuntos de maior relevância para se possibilitar uma boa comunicação em LIBRAS. Nos encontros temáticos serão trabalhados com os profissionais e a comunidade surda os principais eixos de enfrentamento da inclusão social e das políticas sociais para deficientes auditivos.

Para tal projeto ter efetividade busca-se parceria com as instituições de Ensino Superior, sobretudo as universidades (UFRPE – UAST), para que possibilitem a entrega de certificados de nível básico e/ou intermediário aos profissionais da Assistência Social capacitados pelo projeto. Elaboramos uma perspectiva inicial de cerca de 100 profissionais de todo o município e municípios vizinhos a serem beneficiados.

O projeto segue em modalidade itinerante, ou seja, não necessita de espaço físico para sua feitura. Pode ser realizado em escolas, praças, auditórios públicos. Serão articulados intérpretes e ativistas da temática, para possibilitar o acesso à linguagem de sinais e à contação de histórias regionais.

Será efetivo o projeto com a criação de um curso de LIBRAS devidamente certificado pela UFPE com carga horária de 100 horas. Desse modo os profissionais envolvidos poderão ser iniciados na Educação Inclusiva. Espera-se que tal iniciativa seja disseminada pelos envolvidos e a acessibilidade passe a ser pauta das ações públicas.

4.5. METODOLOGIA

O presente estudo se apresenta como sendo uma pesquisa qualitativa exploratória. Busca-se realizar pesquisa visando identificar e acompanhar usuários que têm deficiência auditiva e estão ou não integrados à comunidade. Para tanto, convém verificarmos em levantamentos teóricos, os processos de inclusão e reconhecimento da pessoa com surdez.

Realizar-se-á pesquisa bibliográfica objetivando conhecer e apresentar o percurso de garantia de direitos à pessoa surda. Pretende-se, em movimentos de discurso, diferenciar a deficiência auditiva da surdez e os impasses enfrentados por tais indivíduos até a atualidade.

Considerados tais aspectos é relevante discutir as políticas públicas de inclusão e sua efetividade. Limitando o campo de estudo, parte-se para a análise das políticas inclusivas do SUAS. Como está preparado o profissional de Assistência Social para, de acordo com os limites impostos pela Política de Assistência Social, referenciar a pessoa surda?

É com o seguinte questionamento que será discutido a possibilidade e a necessidade de capacitar os profissionais do SUAS. Por fim, serão executadas atividades de intervenção com o desenvolvimento de Projeto de contação de histórias, oficinas de aprendizagem e encontros temáticos realizados em parceria com tradutores e intérpretes e comunidade surda.

Toda atividade interventiva necessita ser avaliada e adaptada para que consiga se adequar aos mais diversos contextos. Isso acontece porque a práxis é fluida e exige do profissional uma atividade de ida e retorno. Com essa escolha é possível levantar opiniões dos envolvidos, pensar as críticas e alterar o percurso.

Por isso tal projeto será constantemente avaliado tanto pelos facilitadores quanto pelo público-alvo. A intenção é sempre se possibilitar melhores alternativas. Para tanto, de acordo com os recursos disponíveis, pretende-se utilizar formulário de experiência. Será o momento para integração da comunidade surda com os profissionais da assistência e para apresentar as principais demandas.

A tentativa é fazer dessa atividade um projeto vivo, que não está engessado a uma só perspectiva, mas que se efetiva na interação. Nessa perspectiva se consegue caminhar e desenvolver a autorrepresentação da pessoa com surdez que é tão necessária.

Pretende-se envolver a Administração Municipal de Serra Talhada-PE e as Universidades Públicas nesse discurso na intenção de levantar novas propostas e oportunidades para a

comunidade surda. Além disso demonstrar os impactos positivos de sua execução para o município, para a Assistência Social e a comunidade em geral.

4.6. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que tal projeto contribua no debate acadêmico e político acerca da Acessibilidade e Educação da pessoa com surdez. Além disso, pretende-se considerar os possíveis avanços em termos de políticas sociais que capacitem os Profissionais do SUAS a romperem as barreiras comunicacionais nas atividades mais específicas da Proteção Básica.

Poderá ser utilizado como instrumento de pesquisa e aprofundamento do debate acerca das políticas inclusivas. O processo de reconhecimento da pessoa surda como sujeito de direitos e indivíduo dotado de autonomia merece ser agraciado com tal projeto.

A sociedade será beneficiada de uma maneira geral visto que se pode reafirmar todo o processo de lutas e ativismo da pessoa com surdez à igualdade de direitos.

4.7. AVALIAÇÃO

Numa perspectiva de revisão de conceitos e avanços legislativos pretende-se com o referido projeto contribuir no “despertar” da Assistência Social para a inclusão e garantia de direitos da pessoa surda. A avaliação do projeto será feita, além do formulário de experiência, por uma "Roda de diálogo" que favorece a interação e o contato com a Libras.

Nessa "Roda de diálogo" os profissionais da Assistência Social que participaram do projeto manterão contato com a comunidade surda e com intérpretes para entender como essa iniciativa impactou nas realidades. Essa é uma postura de mudar o centro do discurso e de dar credibilidade à demanda da comunidade surda.

Além disso, cogita-se a publicação desses estudos em eventos de caráter Nacional, a exemplo a Conferência Nacional de Libras - Conali, que se dedica a estudos sobre políticas públicas para inclusão.

4.8. PREVISÃO DE CRONOGRAMA

Atividades- 2023							
Mês	01	02	03	04	05	06	07
Levantamento bibliográfico	X	X					
Revisão de Literatura		X	X				
Análise de dados			X				
Oficinas de Aprendizagem			X	X	X	X	X
Encontros Temáticos			X	X	X	X	X

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ativismo surdo resiste! O percurso do estudo atrelado à práxis permite afirmar que seguimos fortes. Apesar de um corpo político que tende a invisibilizar a causa, ainda é possível ter esperança. A proposta deste trabalho foi investigar a como as políticas públicas voltadas a acessibilidade se inserem nesse discurso e como a Política de Assistência Social está preparada para acolher e viabilizar direitos para a pessoa com surdez.

Foram muitos desafios e o principal deles foi perceber que este estudo não se encerra por aqui. É, antes, um exercício que se completa com novas percepções que complementam, divergem ou até alteram o percurso inicial. O interessante é fomentar o debate. Trazer a tona conceitos e grupos que em muito são esquecidos.

O curso contribuiu grandemente para o amadurecimento teórico e fortalecimento da militância. Pude absorver conceitos novos apresentados pelos autores lidos que me serviram de suporte para pensar a realidade profissional. É uma atividade que não pode ser dissociada de um processo de ida e retorno. O ir à prática com o espírito fortalecido pela teoria e o voltar dela para aperfeiçoar o pensado.

Foi com este exercício de trocas com os colegas que segui entendendo que estava no caminho certo. Pude ampliar a consciência e romper com meus próprios preconceitos sobre a surdez. A maior contribuição que um estudo pode dar para as novas gerações é ser ativo nesse processo de superação de paradigmas. É sendo instrumento de emancipação de uma realidade que em muito tende a nos estigmatizar.

Problemas como a pobreza, a marginalização, as dificuldades de acesso à educação e à língua de sinais são agravantes da dificuldade da pessoa surda na participação social. Muito se avançou, mas ainda vivemos uma crise de representação que precisa romper com seus próprios conceitos. O capacitismo persiste até mesmo em muitos espaços de garantias de direitos.

Levantar o debate no âmbito de trabalho foi uma atividade muito desafiadora. Certos limites da própria dinâmica de atendimentos precisavam ser revistos e não foi tão simples

tomar algumas decisões. Mas seguimos, e grandioso foi o resultado. Foi mobilizando o público surdo a integrar o debate, questionando com os profissionais as principais necessidades e apresentando propostas aos gestores que o projeto começou a adquirir esse caráter interventivo.

Este não dissocia a práxis da essência do discurso. Pelo contrário, busca efetivá-la nas dinâmicas sociais. Convém afirmar que em muito luta a Política de Assistência Social para trazer à prática suas perspectivas e levar da prática valores para pensar as normas. É uma dialética que não cessa, mas quando feita com o devido comprometimento surte efeitos inimagináveis.

Urge, portanto, a atividade de despertar sempre a consciência daqueles que implementam a política, daqueles que lidam diretamente com as demandas. Diversas são as possibilidades e suposições de alternativas para o problema. No presente trabalho caminhamos por uma delas que, segundo nossa visão, consegue em curto prazo surtir efeitos nas realidades. É importante destacar que essa perspectiva surgiu de uma análise apurada das necessidades e das possibilidades da Política de Assistência Social.

Desse modo percebemos que a formação continuada dos profissionais no tema acessibilidade e anticapacitismo é uma das alternativas mais palpáveis. Acreditamos que a educação fomenta a autonomia e empoderamento dos indivíduos e já reconhecemos no SUAS uma sensibilidade para a formação dos profissionais. Ressalta-se a importância do CAPACITASUAS nessa atividade que contempla ações de capacitação e formação, de acordo com a *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*.

Essa iniciativa impacta na carreira do trabalhador do SUAS, além potencializar e dar visibilidade a novas práticas profissionais. É pensando sobre a prática e revendo nossos olhares que conseguimos promover um ambiente de garantia de direitos mais sadio, sensível e acolhedor. Assim se constitui uma atividade que não cessa, que sempre traz em sua essência a esperança.

Para viabilizar direitos é preciso estar movido por uma força maior que ultrapassa os limites do mero trabalho realizado. Isso pode ser denominado esperança. Nas palavras de Mario Sérgio Cortella “é preciso esperar, olhar e reagir a tudo aquilo que não tem saída”. Com a atividade de formar-se continuamente conseguimos reagir a aquilo que parece não ter saída. Isso acontece porque aguçamos os olhares, mudamos de perspectiva, abrimos espaços para o novo. Não somente esperamos algo, criamos em nós a força motriz para construirmos alternativas.

A discussão sobre políticas públicas voltadas a acessibilidade ainda é recente e em muitos momentos não tem a visibilidade necessária. Principalmente quando realizamos esse

recorte de análise sobre a surdez. É como se o problema pudesse ser resolvido com métodos paliativos e inadequados para uma política garantidora de direitos. Firmar-se sobre esse caráter interventivo é o que torna esse trabalho ainda mais pertinente. E não cessamos a luta! É certo que ainda há um longo caminho a se trilhar, mas seguimos com esperança.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade. A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Surdez, linguagem e cultura**. In Cadernos Cedes, Campinas, v. 19, n. 46, p. 41-56, set., 1998.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. **Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência**. In Revista Trama, v.17, n.40, p.45-55, jan.2021

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: Educação, Direito e Cidadania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: editora Wak,2014.

OLIVEIRA, Bruno José Cruz. **Políticas Sociais, Neoliberalismo e Direitos Humanos no Brasil**. In Revista Educere, v. 5, nº 9, p. 175-183. Jan./jun 2010

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.) **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos**. São Carlos: EdUFCSCar, 2013. Cap. 14, p.237-250.

RIFIOTIS, Theophilos. **Direitos Humanos: Sujeitos de direitos e direitos do sujeito**. Santa Catarina, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência Social: de ação individual a direito social**. In Revista Brasileira de Direito Constitucional, n.10, p.435-458, dez.2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In CEBRAP, n.79, p.71-94, nov.2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa.** In Sociologias, n.43, p.14-23, dez.2016.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____. Lei n. 10.098 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, --, Brasília, 2009.

_____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/ Ministério de Direitos Humanos, 3ªed. Brasília, 2018.